

Extrato da PORTARIA

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNMP; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 005/2020-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.

PORTARIA: nº 102-2021-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.

Parte no Procedimento: PRO-SAÚDE-ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITALARHOSPITAL MATERNO INFANTIL DE BARCARENA DRA. ANNA TURAN, CNPJ: 24.232.886/0173-02.

Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2020.

HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES

2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 762675

Extrato da PORTARIA

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNMP; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 005/2020-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.

PORTARIA: nº 101-2021-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.

Parte no Procedimento: PRO-SAÚDE-ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITALARHOSPITAL ONCOLÓGICO INFANTIL OCTÁVIO LOBO, CNPJ: 24.232.886/0168-37.

Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2020.

HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES

2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 762672

Extrato DE PORTARIA

O Ministério Público, através da 2ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua, na forma dos art. 8º e seguintes, da Resolução nº 174/2017-CNMP, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo autuado sob o número 000032-200/2020, que se encontra à disposição no prédio onde funciona o Ministério Público Estadual, no Município de Ananindeua, situado na Rodovia BR 316, s/nº, Km 8, CEP: 67.030-970, telefone: (91) 3239 4847.

PORTARIA nº 10/2022 - MP-2ªPJDC

Procedimento Administrativo nº: 000032-200/2020

Objeto: "Instaurar o presente Procedimento Administrativo (PA), a embasar outras atividades não sujeitas a Inquérito Civil, em se tratando e suposto ato omissivo em prestar informações ao Ministério Público".

Promotor de Justiça - Júlio César Sousa Costa

Protocolo: 762643

Extrato da Promoção de Arquivamento

Ref.: Inquérito Civil 000178-911/2015

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria de Justiça da Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá, em cumprimento ao que determina o § 1º do artigo 10, da resolução 023/20047-CNMP, torna pública a Promoção de Arquivamento do INQUÉRITO CIVIL 000178-911/2015, cuja cópia integral do respectivo despacho se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis do INCRA, CEP. 68.502-290 – Marabá – Pará – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

PORTARIA nº 036/2015 (PP)

Objeto: Apurar indícios de irregularidades nos processos licitatórios ocorridos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Envolvidos: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 'SEMED'; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Motivação do Arquivamento: Ausência de fundamento para propositura de ação Civil Pública (Art. 10 da Resolução 023/2007-CNMP)

ALAN PIERRE CHAVES ROCHA

Promotor de Justiça Titular da 11ª Promotoria de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá

Protocolo: 762657

AVISO n.º 04/2022-CSMP/MPPA

Faço público, a quem interessar possa que a 4ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Conselho Superior, realizar-se-á das 8h do dia 21/02 até às 18h do dia 25/02/2022, no site: www.mppa.mp.br, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1. Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo n.º 000168-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE/PA) e Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém
Assunto: Apurar possíveis irregularidades no cadastramento de pensionistas por parte do IGEPREV, bem como na comunicação de falecimento por parte do TJE/PA, o que permite que alguns beneficiários pratiquem fraudes, lesando os cofres públicos

1.1.2. Processo n.º 000134-151/2017

Requerente(s): Ministério Público Federal (MPF)

Requerido(s): Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém
Assunto: Apurar possível esquema ilegal existente na SEMA, para esquentamento de madeira

1.1.3. Processo n.º 000034-151/2018

Requerente(s): Ouvidoria do MPPA

Requerido(s): Hospital Ophir Loyola (HOL)

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar irregularidades no HOL em razão de possível faturamento na compra de 100 (cem) camas (LEIRIS) Fowler manual, 3 manivelas

1.1.4. Processo n.º 000027-200/2018

Requerente(s): ANÔNIMA

Requerido(s): Caroline de Jesus Monteiro Davila Goulart

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Suposto acúmulo de cargos públicos com incompatibilidade de horário

1.1.5. Processo nº 008522-031/2020

Requerente(s): A COLETIVIDADE

Requerido(s): Multimarcas Administradora de Consórcio

Origem: 10º PJ de Santarém

Assunto: Apurar supostas práticas abusivas promovidas pela Empresa de Consórcio Multimarcas, no Município de Santarém, com lesão ao direito do consumidor, ao supostamente fazer propaganda enganosa e induzir os contratantes a erro

1.1.6. Processo n.º 000005-150/2021

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Fiacola de Souza, Ana Rosa Silva de Magalhães do Espírito Santo e Allan Gomes Moreira

Origem: 4º PJ De Defesa Do Patrimônio Público E Moralidade Administrativa

Assunto: Recurso em notícia de fato. Recorrente alega que há envolvimento de agentes públicos no suposto cometimento de estelionato previdenciário

1.1.7. Processo n.º 000922-151/2021

Requerente(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV)

Requerido(s): Renata Alves Fiacola de Souza e outros

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Recurso em notícia de fato. Recorrente alega que há envolvimento de agentes públicos no suposto cometimento de estelionato previdenciário.

1.1.8. Processo n.º 000708-151/2021

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Cultura (SECULT)

Origem: 2ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém.

Assunto: Apurar supostas irregularidades referentes ao processo de seleção dos artistas que receberam o recurso emergencial da Lei Aldir Blanc, repassado pelo governo federal por meio da SECULT

1.1.9. Processo n.º 000618-055/2019

Requerente(s): Prefeitura de Goianésia do Pará

Requerido(s): Antônio Pego e Flavio Barbosa dos Santos

Origem: PJ de Goianésia do Pará

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa, ante a ausência de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Município

1.1.10. Processo n.º 005580-032/2017

Requerente(s): Leane Batista da Silva e outros

Requerido(s): Unidade de Pronto Atendimento de Paragominas (UPA)

Origem: 1º PJ de Paragominas

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa no que tange ao não pagamento do adicional de insalubridade aos servidores lotados na UPA de Paragominas/PA

1.1.11. Processo n.º 001214-082/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Luciana Cipriano Moreira

Origem: PJ de Ipixuna do Pará

Assunto: Apurar suposto desvio e/ou aplicação irregular de verbas derivadas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação pela então Secretária de Educação de Ipixuna do Pará, Luciane Cipriano Moreira, no exercício financeiro de 2011

1.1.12. Processo n.º 004421-070/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Redenção

Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar suposta prática de improbidade administrativa perpetrada, em tese, pelo ex-prefeito do Município de Redenção, Sr. Carlo Iavé Furtado de Araújo, consistente no uso indevido de sua caricatura no evento "II Feira Junina Educacional e Cultura de Redenção"

1.1.13. Processo n.º 000250-045/2021

Requerente(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)